

As relações de gênero, construídas socialmente, permeiam todas as esferas da vida da mulher. Partindo da premissa de que o gênero feminino constrói sua sexualidade diferentemente do gênero masculino, este trabalho propõe-se a verificar o impacto da gravidez na escolaridade da adolescente. Para isso procuramos detectar a forma com que as adolescentes grávidas são tratadas pelos educadores, visando, por um lado, verificar possíveis preconceitos que acabam por afastar a jovem da escola e, por outro lado, verificar a existência de ações, e suas adequações para manter essas alunas dentro da escola. Os resultados obtidos revelam o impacto negativo da gravidez na escolaridade das adolescentes devido aos constrangimentos a que são submetidas no interior da escola.

Palavras-chave: Gravidez, Adolescência, Escolaridade, Relações de Gênero.



Socially constructed gender relations permeate all the spheres in the lives of women. Starting from the premise that the feminine gender constructs its sexuality differently from the masculine, this work attempts to verify the impact of pregnancy on the adolescent's schooling. To this aim, we attempted to detect the manner by which pregnant adolescents are treated by educators, with the intention, on the one hand, to verify the existence of possible preconceptions that end up distancing the adolescent from the school and, on the other, (verify) the existence of action and its adequacy in terms of maintaining these students in school. The results revealed the negative impact of pregnancy in the scolarity of adolescents due to the constrangements to which they were subject.

Key words: Pregnancy, Adolescence, Sclarity, Gender Relations.

O Impacto da Gravidez na Escolaridade das Adolescentes

Ana Maria
Gomes

Professora Doutora do
DCH/CCHS/UFMS.

A Adolescência

Antes de entrarmos no objetivo de nosso trabalho que é entender o impacto da gravidez na escolaridade de meninas adolescentes, torna-se necessário refletirmos acerca das características mais importantes desse período da vida pela qual todos nós passamos. A primeira questão se refere ao grande número de adolescentes existentes. Segundo dados da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), aproximadamente 34% da população mundial tem menos de 17 anos de idade. No Brasil, esse grupo representa cerca de 41% da população total atual. Com relação ao período compreendido como sendo da adolescência, bem como as características dessa fase, deste temos a seguinte definição de Takiuti (1991:29) “A adolescência é entendida como a segunda década da vida do ser humano (dez a vinte anos), como um período de profundas mudanças físicas, psicológicas e sociais”. A adolescência é considerada pelos autores que trabalham essa fase da vida pela qual passam todos os seres humanos, como uma fase de profundas transformações. Takiuti, (1997:227-228) acrescentou que “É um período de mudanças bruscas, acionadas por uma especial sinergia de fatores biológicos, psíquicos, sociais e culturais”, sendo também a ocasião da busca de identidade no mundo em que vivem, assim como de identifica-

de sexual, de desprender-se da infância, entender e aceitar as mudanças no seu corpo. É o momento em que os rostos se enchem de espinhas, a voz se modifica, os seios despontam e o adolescente se sente perdido e vulnerável diante de um mundo que ora ele sente que o acolhe, ora o rejeita. Takiuti, nesse mesmo trabalho, chamou atenção para comporta-

as informações necessárias quanto aos métodos contraceptivos. Como afirma Takiuti (1997:250), “A questão da anticoncepção na adolescência é um problema difícil de ser enfrentado. A grande maioria é a favor do método ‘naturalmente nada’. Surpreendidas pelo desejo, algumas adolescentes se deixam levar por essa nova e forte emoção”.

Os pré-adolescentes e adolescentes tendem a iniciar precocemente sua vida sexual. A idade média para a primeira relação sexual é de 16,9 anos de idade para as mulhe-

res e de 15 anos para os homens. Estudo citado ainda por Takiuti (1997) mostra que, dentre 217 adolescentes de 10 a 20 anos, 31% das meninas tiveram experiências sexuais entre 10 e 15 anos de idade.

Além dos sentimentos de magia e onipotência já descritos anteriormente, a adolescência caracteriza-se por ser a fase das perguntas e de dúvidas que, se não forem respondidas e esclarecidas sem preconceito e com liberdade, poderão se transformar em ansiedades, angústias e frustrações. De um lado o jovem sofre, ao iniciar sua prática sexual, todas as pressões imagináveis por parte da igreja, da família e da comunidade, que dizem: “não pode”. Do outro lado, ele sofre pressão dos amigos para que inicie, sem demora, suas atividades sexuais; pressão dos meios de comunicação (principalmente a TV que mostra todo mundo tendo relações sexuais sem que os problemas apareçam) e, acrescenta-se a isso, o desejo do próprio adolescente. Como sublinha Suplicy (1993:29), “Está tudo ali, explodindo. Todos esses elementos: o desejo, o não, o sim, o medo - e agora a AIDS, na qual todos estão pensando - fazem com que o adolescente fique muito confuso no momento de iniciar a sua vida sexual”.

As duas intâncias privilegiadas onde deveria se dar a educação sexual seri-

As sensações de magia e onipotência são típicas da adolescência, produzindo a ilusão de que nada negativo poderá acontecer a eles.

mentos que são inerentes à adolescência, como a necessidade de auto-afirmação e de desconhecer limites, o ímpeto de questionar normas e valores, o surgimento de ansiedades, dúvidas e frustrações. As sensações de magia e onipotência são típicas da adolescência, produzindo a ilusão de que nada negativo poderá acontecer a eles, o que em muitos casos intensifica os comportamentos de risco, com repercussões prejudiciais à vida atual e futura. E são com esses sentimentos que o adolescente vai viver sua primeira experiência sexual, enfrentando os inúmeros problemas que essa prática trás consigo.

Na concepção de Quintela (1992:4), “A sexualidade está presente em nossas vidas, a forma de vivenciá-la é que se modifica ao longo da existência”. Nesse contexto, encontra-se o adolescente vivenciando todas as suas ansiedades, dúvidas, medos, expectativas em relação a sua sexualidade, muitas vezes iniciando precocemente suas atividades sexuais, sem orientação nem diálogo com a família ou com a escola.

Para o presente estudo é importante a compreensão, em especial, da forma com que é vivida a sexualidade pelos adolescentes, assim como os riscos que acarretam essa sexualidade, pois as primeiras relações ocorrem sem planejamento e sem

am, portanto, a família, onde a socialização primária é feita, e a escola. Mas as pesquisas e estudos feitos têm mostrado que, em nenhuma dessas instâncias, a educação sexual tem sido efetivada. Os pais, imbuídos de preconceitos, tabus e vergonha de tocar em assunto considerado tão delicado, deixam que os filhos tenham suas primeiras experiências sexuais sem propiciar-lhes nenhum nível de informação, reproduzindo assim sua própria experiência. “Mas como esperar isso de uma mãe que nunca teve nenhuma orientação sexual e exatamente por isso lida com seu próprio sexo com uma imensa carga de preconceitos envolvendo-o, muitas vezes, sob a aura do pecado? A mulher que nunca teve nenhum tipo de informação sexual, que não consegue lidar com o sexo de forma natural, não vai conseguir falar naturalmente sobre ele. E não fala, esperando que outros cumpram este papel: a escola, os médicos ou mesmo as amiguinhas da filha. Cria-se dessa forma um círculo vicioso” (Verardo, 1990: 43). Paralelamente, a escola, também imbuída de preconceitos e tabus, até hoje só tem conseguido tratar do corpo humano do ponto de vista da anatomia e não da sexualidade, ou seja, “Crianças e adolescentes aprendem como funcionam o coração, circulação, rins, aparelho respiratório, e os órgãos genitais. Uns parecem não ter absolutamente nada a ver com os outros, a não ser uma justaposição quase mecânica” (id: 15). Essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades dos alunos, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui as dimensões culturais, afetivas e sociais contidas nesse mesmo corpo. Questões fundamentais como contracepção, gravidez, aborto e doenças sexualmente transmissíveis (DST) ficam, mais uma vez, sem ter quem se ocupe delas adequadamente.

A escola imbuída de preconceitos e tabus, até hoje só tem conseguido tratar do corpo humano do ponto de vista da anatomia e não da sexualidade.

As conseqüências mais graves para os adolescentes da falta de informações com relação à sexualidade são as DST e a gravidez precoce. O número de adolescentes grávidas é alarmante em todo o país. Castro e Silva (1993:240 e 241) nos dá a alarmante cifra de que 80% das adolescentes solteiras não usam qualquer método anticonceptivo em sua primeira relação sexual. As razões do não uso de qualquer método contraceptivo se deve a tabus, preconceitos, falta de maturidade, de planejamento por parte da adolescente “quando viu, aconteceu” e a uma série de outros fatores relacionados à aura de proibição, pecado e imoralidade que cerca a sexualidade. Uma das graves conseqüências dessa situação é o fato de que, a cada ano, cerca de 560 mil jovens de 15 a 19 anos engravidam. Takiuti (1997: 253) diz em seu estudo que as estimativas indicam que, no Brasil, cerca de 1.000.000 de adolescentes entre 10 e 20 anos de idade dão à luz todos os anos, correspondendo a 20% do total de nascidos vivos no país. A mesma autora considera que a proporção de mães com menos de 15 anos vem crescendo mais do que em qualquer outra faixa etária, contrariamente à tendência geral de queda de fecundidade da mulher brasileira.

Junto com a gravidez cresce o número de abortos clandestinos que colocam em risco a vida e a saúde reprodutiva da menina. Continuando com a fonte citada (Castro e Silva), devem ocorrer por ano, cerca de 130.232 abortos nesta mesma faixa etária. Outros pesquisadores também nos alertam para esse problema. “(...) Estima-se que no Brasil sejam praticados hoje cerca de três a cinco milhões de abortamentos clandestinos ao ano, dos

quais perto de um terço entre adolescentes. Se essa avaliação for confiável, somando-se os casos de partos com os de abortamento, devemos ter, no mínimo, de dois a três milhões de gestações indesejáveis entre adolescentes” (Vitiello, 1993: 133).

Mato Grosso do Sul não possui uma situação diferente do resto do país. Dados de Campo Grande mostram claramente essa situação. De acordo com Noal (1994: 126), “Nas maternidades que atendem as camadas mais pobres os percentuais de gestantes com menos de 18/19 anos não são pequenos. Na Maternidade Cândido Mariano, no período de janeiro de 1993 a janeiro de 1994, as adolescentes de 11 a 18 anos representaram 19,7% (1.580) do total de partos. No Hospital Universitário, 90 partos foram realizados em menores de 13 a 18 anos, no período de janeiro a junho de 1994. Na Santa Casa, de dezembro de 1993 a março de 1994, dos 398 partos normais atendidos, 149 foram em menores de 19 anos”.

Mas não é só em relação à gravidez entre adolescentes que Campo Grande acompanha o resto do país. No que se refere ao abortamento clandestino, as cifras também são altas e elas se tor-

ca, em 1993, 18,61% das curetagens pós aborto efetivadas na Maternidade Cândido Mariano, foram em menores de 18 anos. Segundo o Livro de Registros do Hospital Universitário, no período de janeiro a junho de 1994, foram feitas 31 curetagens pós aborto, em menos de 13 a 18 anos”.

Esses dados mostram que os adolescentes (meninos e meninas) chegam completamente despreparados no momento de iniciar suas atividades sexuais, ou seja, enfrentam, precocemente, o impacto dos problemas e responsabilidades de uma sexualidade vivida sem orientação e cercada de preconceitos.

Após as constatações evidenciadas, queremos elucidar de qual sujeitos estaremos tratando em nossa pesquisa, pois não acreditamos que o impacto da sexualidade e suas conseqüências na vida dos adolescentes se dêem da mesma forma para todos os jovens dessa faixa etária.

Em primeiro lugar, queremos enfatizar que não adotamos aqui a perspectiva que considera os seres humanos como sendo homogeneamente situados na sociedade, o mesmo sendo válido para os adolescentes em sua trajetória para a vida adulta. Esse trabalho é centrado na área das

Ciências Sociais, não podendo, portanto, ignorar as diferentes formas que estruturam as relações sociais estabelecidas dentro da sociedade e que implicam diferentes maneiras de

dominação e exploração. Para essa percepção nos baseamos principalmente no conceito de gênero, sem nos esquecermos, no entanto, dos dois outros componentes dos três eixos estruturadores da sociedade. Esses eixos, segundo Saffioti (1991 e 1992), seriam além do gênero, a classe e a raça/etnia. Dessa forma, algumas distinções devem ser feitas quando trabalhamos a adolescência, sendo necessário considerar o lugar que esse adolescente ocupa na sociedade, sabendo que essa fase

Não podemos ignorar as diferentes formas que estruturam as relações sociais estabelecidas dentro da sociedade.

nam ainda mais assustadoras se levamos em conta que esses dados são difíceis de serem obtidos, dado o caráter ilegal que reveste essa prática. Geralmente, só chegam ao conhecimento de médicos e pesquisadores os casos que apresentam problemas e complicações, obrigando a adolescente a procurar o atendimento médico. Em sua pesquisa Noal continua a nos dar informações: “Segundo dados obtidos junto à Secretaria Municipal de Higiene e Saúde Públi-

vai ser vivida de maneira diferente por cada um. Em outras palavras, o adolescente situado nas camadas mais pobres da população tem, muitas vezes, que integrar cedo o mercado de trabalho sem conseguir sequer garantir uma escolaridade mínima. Da mesma forma que sabemos que um adolescente negro, face aos inúmeros preconceitos com os quais se defronta em todas as instâncias da sociedade, também terá problemas diferenciados. Por outro lado, aquele adolescente de maior poder aquisitivo tem toda uma expectativa quanto à sua escolaridade e ao seu futuro profissional.

Situando nossa pesquisa entre escolas da periferia da Cidade de Campo Grande, estamos levando em conta esse recorte. Mas a vertente que consideramos fundamental para o presente trabalho é aquela dos papéis de gênero, que considera a assimetria existente entre homens e mulheres na sociedade como fruto de relações sociais construídas historicamente, e não de uma diferença biológica natural. Essa diferença não situa os adolescentes na sociedade de uma maneira simétrica, mas considera que os seres humanos, ao vivenciarem a adolescência, serão colocados em expectativas diferentes, vivenciando a sexualidade de forma diferente e o impacto das conseqüências em suas vidas também serão diferenciadas. Portanto, adotamos a perspectiva que considera o gênero como “(...) uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo da sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses”. (Lavinias, 1997:16) Por adotarmos esse arcabouço teórico, concordamos com Takiuti, (1997:233) quando diz que: “As indagações ‘Quem sou eu?’ e ‘O que está acontecendo comigo’ são comuns a homens e mulheres adolescentes. As respostas sociais, no entanto, já são diferen-

tes para o adolescente homem e para a adolescente mulher. O que os diferencia enquanto gênero é a universalidade da discriminação a que a mulher está submetida”.

A escola e a família se constituem nas duas instâncias privilegiadas para a construção e interiorização da identidade assimétrica de gênero da criança e do adolescente, conforme afirma Lavinias (1997:25): “Considerando-se que as cri-

A escola e a família se constituem nas duas instâncias privilegiadas para a construção e interiorização da identidade assimétrica de gênero da criança e do adolescente.

anças são socializadas essencialmente por duas instituições - a família e a escola - , estas constituiriam dois espaços de (re)produção da demarcação e da segregação dos ‘papéis sexuais’ na formação da identidade social da criança e dos adolescentes”.

Portanto, o pressuposto utilizado neste trabalho é o de que gênero é uma das relações fundamentais estruturadas da sociedade, sendo a menina socializada dentro da perspectiva de que à mulher cabe principalmente o mundo privado, sendo que sua aspiração primeira na vida é o papel de mãe e esposa, atribuição essa da qual ela não consegue se desvencilhar a ponto de considerar, quando inserida no mundo do trabalho, seu salário como complementar e enfrentando (principalmente as mulheres das camadas mais pobres da população) a dupla ou tripla jornada de trabalho. Ao menino cabe o mundo público do trabalho, dos salários mais altos, os postos de maior prestígio. Dessa forma, o gênero feminino constrói também sua sexualidade diferentemente do gênero masculino, sendo a mulher submetida a uma carga maior de preconceitos e proibições por parte da sociedade. A conseqüência é a menina ser ensinada a reprimir sua sexualidade, sendo

considerada “fácil”, “galinha” e outros tantos adjetivos quando quer vivenciar sua sexualidade de forma mais livre, enquanto no homem é valorizada a experiência na prática da sexualidade, sendo motivo de orgulho para os pais o início precoce das relações sexuais do filho. Sobre a mulher/menina recai a responsabilidade da contracepção e em caso de gravidez, a culpa por não ter-se preveni-

Sobre a mulher/menina recai a responsabilidade da contracepção e em caso de gravidez, a culpa por não ter-se prevenido.

do, e comumente é acusada de recorrer a gravidez como método eficaz para “agarrar” o rapaz. Por sua vez, “O adolescente dificilmente é preparado para ter responsabilidade no relacionamento sexual. Quase nunca será cobrado por desconhecer os dias férteis da namorada” (Takiuti, 1997:252). Entretanto, o fato de engravidar fora do casamento ainda provoca censura. Por um lado, porque a adolescente transgrediu aquilo que era socialmente esperado dela e, por outro lado, porque cabia a ela a prevenção de uma gravidez indesejada. Além disso, como vimos, é a ela que é dado socialmente o encargo de ser a responsável pelo cuidado do lar e dos filhos. Por essa razão, mesmo quando o também jovem pai assume o filho, constituindo uma família e legitimando a transgressão aos valores estabelecidos, é sobre a mulher que recai a maior responsabilidade e dedicação à criança. Assim, “A gravidez na adolescência é um desafio social e não é um problema exclusivo da adolescente que, normalmente, fica muito sozinha nesse período, pois o companheiro, também adolescente assustado, muitas vezes se afasta, os pais, defensores da moral vigente, esbravejam, agridem e levam a jovem à depressão” (Takiuti, 1991:73). A essas questões adiciona-se o fato de

que é a mulher quem sofre os transtornos biológicos decorrentes da gravidez.

A Gravidez e a Adolescente

Como dissemos, a escola é um dos *locus* privilegiados onde se dá a formação da identidade de gênero da criança e do adolescente. A escola, materializada por todo seu corpo de funcionários, possui uma representação social de gênero que vai estar presente em todos os momentos da

vivência da criança e do adolescente, intervindo e formando no seu dia a dia.

Partindo dessas premissas, este estudo procurou entender as seguintes questões: qual o impacto que a gravidez e o nosso papel, o de mãe, trará sobre a escolaridade da adolescente, uma vez que nela recairá a principal responsabilidade para com a criança? a escola está preparada para dar uma assistência especial à jovem gestante e mãe, levando em conta as dificuldades práticas e psicológicas que ela poderá apresentar? o corpo docente e de funcionários reproduzirão os preconceitos relativos a uma gravidez fora do casamento no interior da escola, uma vez que estão imbuídos da representação tradicional de gênero existente na sociedade?

Conhecer melhor essa problemática nos permitirá contribuir para a elaboração de propostas e de ações que ajudem a garantir melhores condições de escolaridade às adolescentes grávidas ou àquelas que já são mães.

Essa pesquisa girou em torno de adolescentes que engravidaram durante o período escolar. A metodologia adotada foi a seguinte.

- entrevista semi-estruturada com 05 profissionais de 03 escolas de bairros da periferia de Campo Grande, (Orientadora

Educacional, Supervisora Escolar e Diretora Escolar), visando obter dados sobre a forma com que as adolescentes grávidas são tratadas nas escolas e também quais as ações educativas desenvolvidas nesses estabelecimentos de ensino para que elas dêem prosseguimento a sua escolarização;

- entrevista semi-estruturada com 05 adolescentes grávidas que ainda continuavam estudando, objetivando detectar os problemas enfrentados por elas na escola;

- entrevista semi-estruturada com 03 adolescentes grávidas que não estavam mais estudando, como o intuito de detectar as razões da desistência.

O primeiro dado importante obtido é que a escola não sabe sequer ao certo o número de meninas grávidas e muito menos as que desistiram de estudar em virtude da gravidez. A razão se deve ao fato de que não existe nenhuma preocupação por parte da escola em apurar a causa da evasão. No período vespertino ainda ocorre um controle um pouco maior, mas no noturno não há registros certos. É interessante observar que nas escolas onde existiam alunas grávidas casadas, a direção foi incapaz de dizer o número certo, demonstrando uma falta total de preocupação por esse momento especial da vida da aluna. Em compensação, podiam dizer exatamente qual era o número das solteiras que estavam grávidas, evidenciando, com essa atitude, a falta de legitimidade conferida à gravidez quando se dá fora do casamento.

Confirmando as pesquisas desenvolvidas por outros autores, os dados obtidos mostraram que as adolescentes sabem muito pouco sobre como funciona o seu corpo, desconhecendo a sua anatomia interna e tendo vergonha de observar a sua anatomia externa, evidenciando com isso toda a educação repressora

que receberam em virtude de serem meninas, e para quem não é permitido se olhar, se mostrar, sendo ensinadas desde muito cedo a não se exhibir, “a fechar as perninhas”, a se cobrir e encobrir-se. As informações que chegaram a ter são superficiais e foram obtidas nas aulas de ciências, nas conversas com amigas, na leitura de revistinhas ou numa conversa com as mães. As mães, por sua vez, poucas informações deram sobre a sexualidade, somente pediam que suas filhas se cuidassem, não dizendo ao certo “cuidar-se de quê”, ou mesmo, “de quem”. Nas conversas com as filhas, as mães repassaram a educação que receberam, sempre com um cunho repressivo e castrador, com idéias de “repulsa” aos homens ou transmitindo idéias pré-concebidas como fruto de suas vivências sexuais, como: “dói a primeira relação sexual”; “virginidade é coisa muito sensível, qualquer coisinha tira”; “a menstruação é um sangue sujo”; etc. Presenciamos, também, a “fiscalização” que as mães desenvolviam em relação à menstruação das filhas, como uma forma de controlar uma possível gravidez. Com relação aos pais das adolescentes, segundo os relatos, todos eram muito ausentes, ou por serem sepa-

As adolescentes sabem muito pouco sobre como funciona o seu corpo, desconhecendo a sua anatomia interna e tendo vergonha de observar a sua anatomia externa.

rados de suas mães, ou porque não tinham um bom relacionamento com as filhas. As adolescentes adotaram posturas parecidas com as de suas mães, quando falaram que “quando tiverem suas filhas teriam que prender, ou que não queriam ter meninas porque precisariam cuidar muito”. Elas vão, dessa forma, construindo a sua sexualidade e sua representação de gênero à semelhança das mães, como podemos ver na fala de uma adolescente:

“Ainda não sei o sexo do bebê. Só que eu quero que seja menino. Porque está difícil de criar menina (...) eu não quero menina. Vai ser muito difícil de cuidar o primeiro namorado, mão boba de namorado. Acho que menina é mais difícil de cuidar, apesar que os meninos tem a droga, tem um monte de coisas” (adolescente, 19 anos, grávida de 4 meses).

Das poucas informações que possuem, todas tinham conhecimento de que se tivessem relacionamento sexual poderiam engravidar, no entanto, é muito presente o “pensamento mágico” de que “comigo não vai acontecer”, dizendo que “a carne é fraca” ou “Eu achava que não ia acontecer comigo”, etc.

A grande maioria das entrevistadas nunca tinham ido a um atendimento ginecológico antes da gestação, com isso, não usavam nenhum método para evitar a gravidez, embora conhecessem ou já tivessem ouvido falar de: injeção, pílula (mais conhecida como “remédio”), camisinha, tabelinha, diafragma e DIU. Os mais conhecidos são a pílula e a camisinha. A pílula é envolta em certa fantasia. As entrevistadas fizeram inúmeras colocações, como, por exemplo, que pílula engorda ou faz emagrecer; que o uso prolongado da pílula impossibilita a mulher de engravidar, o que demonstrou haver uma carência muito grande de informa-

do namoro e depois deixaram por se sentirem amadas e seguras. É significativa a fala de uma adolescente em sua justificativa para o não uso desse método. Pensa que a camisinha transmite DST e não evita a gravidez, chegando a dizer que quem tem tendência para “pegar”, um ou outro, “pega”, como se fosse uma fatalidade da qual não se pode fugir.

O sonho da maternidade como realização principal na vida da mulher encontra-se presente nas falas das entrevistadas. A maioria disse que sempre sonhou em ser mãe.

Os planos que faziam sobre a continuidade dos estudos e com relação à vida futura eram bastante positivos. Todas as adolescentes entrevistadas pensavam em continuar a estudar depois de terem seus filhos. Faziam planos e esperavam que tudo desse certo. Todas já sabiam com quem iriam deixar a criança e diziam que a maternidade não mudaria em nada o prosseguimento dos estudos. Como veremos no decorrer de nosso trabalho, essa expectativa vem se revalar, em grande parte das vezes, irreal.

Nos relatos das adolescentes apareceram principalmente dois tipos de dificuldades para continuarem estudando du-

rante a gestação. A primeira dificuldade se refere à função biológica desempenhada pelo corpo durante a gestação como: moleza e sono, cansaço, enjôo, (principalmente no

trajeto para a escola, pois utilizavam-se de ônibus), pernas inchadas, dores no corpo, (principalmente por ficar muito tempo sentada em sala de aula) vontade constante de ir ao banheiro no decorrer das aulas. A segunda dificuldade tem a ver com a vergonha de usar vestido de gestante e abandonar as antigas roupas, configurando uma dificuldade social. Algumas adolescentes disseram em seus relatos que tentam esconder a gravidez em casa e na escola, outras sentiam ver-

A grande maioria das entrevistadas nunca tinha ido a um atendimento ginecológico antes da gestação, com isso, não usavam nenhum método para evitar a gravidez.

ção acerca do assunto. Em relação à camisinha, observamos a carga de uma educação sexista que impera na hora de tomar a decisão por esse método. A grande maioria não pedia para o parceiro usar a camisinha, alegando que confiavam neles por estarem muito apaixonadas, ou que essa é uma função masculina: ele é quem deve decidir se quer usar ou não. Outras disseram que chegaram a usar camisinha na relação somente no início

gonha de usar roupas mais folgadas, como vestidos, como se não aceitassem deixar o corpo de adolescente para um corpo de grávida. Outro forte impacto vivenciado por algumas adolescentes refere-se aos aspectos emocionais. A adolescência é uma fase, por si só, de muitos conflitos. Na gravidez esses conflitos ten-

dem a se multiplicar. Muitas relataram sentirem-se deprimidas, feias, não entendendo bem o que estava acontecendo com o corpo e, com isso, vinham a solidão, a tristeza, a vergonha.

Na relação da escola com a aluna gestante constatamos, em nossa pesquisa, várias formas de manifestação de reprovação à gravidez, seja por ser na adolescência, seja porque se deu fora do casamento. Essa reprovação aparece quando os professores não aceitavam refazer provas e não voltavam a explicar algum conteúdo novo para uma aluna grávida que, porventura, tivesse faltado para fazer um exame, consultar o/a médico/a, ou porque não se sentia bem, a exemplo de uma das alunas entrevistadas. Estava no 8º mês de gravidez e com a cesariana marcada para a próxima semana, mas continuava indo à escola porque alguns professores disseram que não iam “mandar” trabalhos para que ela fizesse em casa; eles já iam fechar o diário e, se a aluna faltasse, poderia reprovar de ano. A educanda estava sendo obrigada a ir às aulas para fazer as últimas provas, como salientou:

“(...) E eu já estou sentindo muita dor, já estou tendo contrações já. Eu estou vindo na escola só por causa das provas mesmo. E quando eu passo mal eu vou embora...” (adolescente, 18 anos, 2º grau).

Depreendemos que as condições físicas e psicológicas adversas em que se encontra a adolescente para enfrentar uma prova só pode trazer um resultado negativo.

Essa mesma aluna disse, em sua entrevista, que já havia trazido o exame

médico para liberá-la das aulas, mas não tinha conseguido encontrar a diretora. Ficando com medo das conseqüências, continuou indo à escola. Outra entrevistada

A adolescência é uma fase, por isso só, de muitos conflitos. Na gravidez esses conflitos tendem a se multiplicar.

relatou que faltou a uma prova devido à gravidez e a professora não aceitou que fizesse o teste outro dia. Muitas professoras faziam o discurso tradicional de mulheres mais “experientes” dizendo às alunas grávidas que gravidez não é doença, que isso não é problema da escola e que, quando elas estavam grávidas, tinham que trabalhar e não faltavam. Essas educadoras ignoraram que a gravidez de uma aluna é problema da escola sim, sendo obrigação desse estabelecimento respeitar as necessidades diferenciadas apresentadas pelas adolescentes grávidas. Paralelamente, essas professoras não levaram em conta que não eram adolescentes (com todos os conflitos que essa fase da vida acarreta) ao engravidarem, que estavam em uma relação estável e com uma gravidez senão planejada, pelo menos fazendo parte das possibilidades. Podemos relacionar esses comportamentos das professoras a uma certa atitude de punição às adolescentes que engravidaram, além de reafirmarem o não reconhecimento da gravidez e do respeito a essas jovens. Outras, em seus relatos, chegavam a ter consciência do fato de que desistiram de estudar devido à falta de apoio e compreensão da escola. Uma disse que desistira devido à violência do bairro no qual está localizada a escola, que já chegou a ser invadida por gangues que pretendiam matar um aluno em sala de aula. A aluna grávida desistiu de estudar porque teve medo, pois eram duas vidas em jogo. Nesses termos, a escola não lhe dava segurança física e de sobrevivência. As outras atribuíram a desis-

tência à falta de compreensão de professores/as e profissionais da escola. Mas a atitude por parte da escola não era o de sempre discriminar explicitamente a adolescente grávida, existindo até, muitas vezes, uma atitude de certa indiferença por parte de muitos educadores como se o fato não existisse.

Observamos, também, que falta para

O diretor de uma escola declarava frequentemente que não ia aceitar menina "buchuda" em sua escola.

as adolescentes mais conhecimentos dos seus direitos como cidadãs adolescentes e gestantes. Quanto aos educadores, apesar de demonstrarem saber que existe uma norma que ampara gestantes, não só não a respeitavam, como demonstraram desconhecer os detalhes dessa legislação quando interrogadas. A licença-maternidade é garantida por lei desde que seja levado um atestado médico e, em geral, é feita através de uma colega ou parente da gestante, que vai até a escola e leva os temas de trabalhos que devem ser feitos pela mãe adolescente. Durante as entrevistas pudemos observar uma situação em que uma aluna foi até a sala da diretora buscar temas de trabalho para a irmã que acabara de ter bebê. A professora afirmou que não sabia de nada e que não havia preparado nada, tratando-a com rispidez e desdém. Note-se aí o descaso em relação aos direitos assegurados à maternidade em nosso país.

Podemos deduzir que as adolescentes que passam por esses problemas dificilmente terão condições físicas e psicológicas para enfrentarem, de forma adequada, uma prova ou o dia a dia das aulas, levando-as fatalmente a uma reprovação, o que irá desestimulá-las a prosseguirem com os estudos.

Em nossa pesquisa não encontramos somente a exclusão relativa às condi-

ções de escolariedade das adolescentes grávidas, encontramos a exclusão que é diretamente consequência dos preconceitos, proibições e principalente da representação de gênero dos educadores de como deve ser a mulher e seu comportamento sexual. Caso típico foi o de uma aluna que, quando soube que estava grávida, foi pedir para a diretora da escola

para continuar estudando, pois ouviu dizer que a escola poderia não aceitá-la mais como aluna para que não desse mau exemplo para as demais colegas. Outra adoles-

cente teve vergonha de continuar estudando em virtude da gravidez. Segundo ela, a professora sempre dizia em sala de aula que era para as meninas se cuidarem para não engravidar. Como não conseguiu respeitar o padrão de comportamento esperado, se sentiu envergonhada e desistiu dos estudos. O diretor de uma escola declarava frequentemente que não ia aceitar menina "buchuda" em sua escola, de modo que, quando a aluna soube que estava grávida, desistiu imediatamente antes de ser excluída. Outro caso relatado foi o de uma aluna que queria deixar de estudar porque os colegas de sala estava mexendo com ela, por estar grávida. A ação desenvolvida pelos educadores foi a de ir até a sala da aluna para conversar com os alunos, orientando-os para que não cometessem o mesmo mal, ou seja, que esse exemplo não fosse seguido. Nos casos relatados, detectamos ser o diretor detentor de um poder para excluir uma adolescente grávida da escola, mas não acreditamos que tal poder lhe tenha sido outorgado por qualquer instância do sistema educacional brasileiro. Referiu-se também de forma pejorativa e preconceituosa à adolescentes grávidas, estigmatizando e ridicularizando o seu estado diante de toda a escola. Além do mais, os educadores demonstraram estar com-

pletamente despreparados para lidar com a reação dos alunos diante da gravidez de uma colega. Em lugar de aproveitarem a oportunidade para trabalhar preconceitos e, de fato, educarem o conjunto dos alunos, causaram um constrangimento adicional à adolescente.

Outro caso significativo com o qual nos deparamos em nossa pesquisa foi o de uma aluna que estudava no período vespertino e ficou grávida. A diretora da escola não permitiu que a educanda ficasse na sua turma e a transferiu para o período noturno. A aluna não conseguiu se adaptar na nova sala, que era para adultos, e veio a desistir. A orientadora educacional da escola, em entrevista, disse que ela era uma boa aluna, com boas notas, mas a escola não quis que ela servisse de exemplo para as crianças e adolescentes do período vespertino. Novamente constatamos comportamento arbitrário e discriminatório por parte da direção da escola.

Nas entrevistas com as educadoras (todas eram mulheres), pudemos detectar, mais uma vez, a base sobre a qual são formadas as atitudes dos educadores com relação à adolescente grávida.

Segundo as entrevistadas, a sexualidade dos adolescentes está muito liberada, principalmente a das meninas que, segundo elas, estão muito “assanhadas”, tendo o primeiro relacionamento sexual cada vez mais cedo. Alegavam que tiveram uma educação muito rígida, para casarem virgens e serem mães, tornando difícil aceitar uma sexualidade feminina mais liberada. Os depoimentos de duas educadoras são bastante significativos quanto a essa questão:

“Eu acho as meninas mais assanhadas. Sempre eu estava conversando com a supervisora, e nós ficávamos fazendo comparação que as meninas são mais assanhadas. Até mesmo na hora do recreio, as meninas têm um tal de correr atrás dos meninos, mas direto, e os me-

...ninos vem reclamar para mim...” (orientadora educacional).

A outra educadora prossegue no mesmo sentido, quando fala da sexualidade das meninas:

“A gente que é mais antiga, é mãe, então eu tenho uma educação mais rígida, casar virgem e tal. (...) Eu falo para eles se precaverem, para serem mais... né? Se os meninos estão passando a mão no traseiro, é porque vocês estão aceitando, vocês que têm que dizer não quero e não permito, se você permitir, eles vão avançando, você tem que definir até onde chegar e não chegar. (...) Então eu já chamei e falei que elas sendo menininhas, a gente sendo mulher, é nós que temos que... né? Não permitir que os rapazes se aproveitem, se você deixar eles vão prá frente. Vão avançando, você que tem que controlar”. (Orientadora educacional).

Nos dois depoimentos observamos a não aceitação da sexualidade das meninas na escola, existindo claramente padrões rígidos do que é próprio do comportamento masculino e o que é próprio do feminino. As mulheres não podem ter ações e reações que são consideradas do papel masculino, elas são as responsáveis em dar os limites para que os meninos “não aproveitem delas”. Ao não imporem esses limites elas engravidam, sendo, portanto, as únicas responsáveis.

A função da Orientação e Supervisão na escola mostrou-se muito mais presente no que se refere a frear a sexualidade e educar reforçando os estereótipos, ou seja, do que é permitido para um e outro

As mulheres não podem ter ações e reações que são consideradas do papel masculino, elas são as responsáveis em dar os limites para que os meninos “não aproveitem delas”.

gênero, do que dar assistência pedagógica e emocional às adolescentes grávidas.

As próprias educadoras em seus depoimentos diziam acreditar que a maioria das meninas que engravidam fora do casamento vem a desistir da escola. As causas seriam a vergonha que a adolescente sente em encarar professores e

colegas, pelo fato dos companheiros não assumirem a criança ou, ainda, porque as adolescentes não têm com quem deixar o bebê depois que ele nasce, ou seja, elas já partem do princípio de que a continuidade dos estudos da adolescente está inviabilizada.

Os educadores alegaram que algumas atitudes por eles tomadas em relação às adolescentes grávidas se deviam ao medo da reação dos pais dos alunos. Procedendo assim, a nosso ver, despejam todo o seu preconceito, valores sexistas e a não aceitação da gravidez fora do casamento sobre a adolescente grávida, contribuindo para a exclusão da jovem da escola.

Conclusão

Os resultados desta pesquisa com adolescentes grávidas e profissionais de escolas da periferia da Cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, mostraram que a escola não está preparada para dar uma assistência especial às adolescentes, ou seja, uma assistência que leve em conta as dificuldades práticas e psi-

constrangidas e envergonhadas. Essa reprovação está sedimentada na representação de gênero que define qual deve ser o comportamento de homens e mulheres em relação à sexualidade. A mulher deve ser comedida, impor limites e regras. Quando isso não ocorre, a responsabilidade é da mulher, no caso, ainda adolescente. A gravidez ocorre quando a adolescente não foi capaz de impor a ela mesma o comportamento socialmente esperado por parte do gênero feminino e de impor a distância devida aos “avanços”, socialmente esperados, do gênero masculino. A conclusão lógica desse raciocínio é que a responsável, senão única, mas pelo menos a principal, da gravidez, é a jovem.

As atitudes preconceituosas e condenatórias por parte dos educadores vão reforçar essa culpa da qual a adolescente está imbuída, reforçando o sentimento de vergonha e tendo como consequência o abandono da escola. Não podemos esquecer, como vimos no início deste trabalho, que a adolescência é um momento de transição para a vida adulta, portanto de insegurança, busca de identidade, sentimento de rejeição, tornando a vivência de uma gravidez ainda mais difícil. Uma consequência desses preconceitos é a própria ado-

A escola não está preparada para dar uma assistência especial às adolescentes.

cológicas que elas podem apresentar, levando essas alunas a abandonarem a escola. Essa exclusão da qual são vítimas as adolescentes grávidas vai estar jogando fora todo um potencial que repousa sobre os jovens de um país, além de estar aprofundando o fosso existente entre as camadas mais desfavorecidas da população, e principalmente, vai reforçar a assimetria de gênero existente na sociedade. A reprovação por parte de professores, funcionários das escolas e pais de alunos, pelo fato de as adolescentes engravidarem fora do casamento, levam muitas delas a se sentirem

lescente se sentir envergonhada diante dos professores e colegas por ter engravidado fora do casamento, fazendo com que se tornem mais vulneráveis aos preconceitos no interior da escola.

É indiscutível os transtornos físicos existentes durante a gravidez, mas sabemos também que quando respeitados e tratados adequadamente eles são perfeitamente superados por uma mulher grávida sem que venham interferir de maneira drástica nas suas atividades diárias. O descaso ou a atitude de ignorar esses transtornos por parte dos educadores tornam esses problemas ainda mais

difíceis de serem enfrentados pelas adolescentes, tendo como conseqüência, no mínimo, a perda do ano escolar, quando não a desistência definitiva. As escolas vão ter que se preparar para atender essas alunas que requerem um atendimento diferenciado, tanto do ponto de vista físico quanto psicológico. Por outro lado, é fundamental que as alunas e educadores sejam devidamente informados dos direitos assegurados por lei às mulheres gestantes e, em caso de não cumprimento por parte da escola, mecanismos de punição devem ser assegurados pelas instâncias governamentais responsáveis pela fiscalização das normas existentes.

Paralelamente, após o nascimento da criança, as adolescentes não têm com

quem deixar o recém nascido, dedicando todo seu tempo a desenvolver inúmeras tarefas e cuidados requeridos pelo bebê. A associação entre dificuldades físicas e psíquicas que enfrentam para continuarem estudando e dos constrangimentos ressentidos, levam essas adolescentes a abandonarem a escola, dificilmente retornando a ela, a curto prazo. A falta de uma escolaridade completa pode se refletir mais tarde na dependência econômica que a adolescente vai ter do marido ou companheiro e, se ela quiser se inserir no mercado de trabalho, o fará em situação de desvantagem, contribuindo, dessa maneira, para a reprodução da desigualdade existente entre o gênero feminino e masculino.

Bibliografia

- ABERASTURY, Arminda. *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- CASTRO e SILVA, Ricardo. Uma responsabilidade da escola? In: RIBEIRO, Marcos (org.). *Educação Sexual: novas idéias, novas conquistas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
- LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA, Felícia Reicher (org.). *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- MADEIRA, Felícia Reicher (org.). *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- NOAL, Mirian Lange. *Educação sexual, família, escola pública: um estudo sobre a sexualidade de meninas pobres de Campo Grande - MS*. Dissertação de Mestrado. UFMS, 1994.
- QUINTELA, Ary. *Sexualidade*. São Paulo: Saraiva, 1992.
- RIBEIRO, Marcos (org.) *Educação sexual: novas idéias, novas conquistas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1991.
- . Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA DE OLIVEIRA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SUPLICY, Marta et alli. *Sexo se aprende na escola*. São Paulo: Olho D'Água, 1995.
- TAKIUTI, Albertina D. *A adolescente está ligeiramente grávida. E agora?* São Paulo: Iglu, 1991.
- . A saúde da mulher adolescente. In: MADEIRA, Felícia R. (org.) *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- VERARDO, Maria Tereza. *Aborto: um direito ou um crime?* São Paulo: Moderna, 1990.
- VITIELO, Nelson et alli. *Adolescência hoje*. Comissão Nacional de Estudos sobre a adolescência. São Paulo: Rocco, 1988.